



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682444 - MG (2021/0232988-1)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : VIVIANE DAS GRACAS SILVA CARDOSO E OUTRO
ADVOGADOS : VIVIANE DAS GRACAS SILVA CARDOSO - MG115056
MAXUEL TEIXEIRA DE CASTRO AGRANITO - MG157792
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GUSTAVO AGUIAR CAIXETA SILVA (PRESO)
CORRÉU : MAICON SANTOS PIRES
CORRÉU : ANA CAROLINE LOURENÇO ROMAO
CORRÉU : DIEGO AMARO BISPO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUSTAVO AGUIAR CAIXETA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.109620-1/000).

O paciente foi preso preventivamente e, posteriormente, denunciado pela suposta prática de tráfico de drogas, crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

Os impetrantes sustentam que os requisitos da prisão preventiva não estariam preenchidos, afirmando que a custódia não estaria fundamentada em elementos concretos.

Aduzem que o paciente possui residência fixa e emprego lícito e que o mandado de prisão teria sido cumprido em sua própria residência.

Entendem que seria caso de aplicação de medidas cautelares diversas.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente. Subsidiariamente, pugnam pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, consignou que (e-STJ fls. 25/26):

"Ora, a apreensão de razoável quantidade de entorpecente de elevado potencial de lesividade à saúde pública –trezentos e trinta e cinco pedras de substância análoga a crack -,aliada às demais

circunstâncias do delito, configura indícios suficientes da dedicação do paciente à traficância. Registre-se que o acusado já responde a processo pelos delitos de tráfico de substância entorpecente e associação para o tráfico, como faz certo a CAC de fl. 13-15 (sequencial 08).

Não obstante, o paciente já foi beneficiado com a situação especial de recolhimento domiciliar, quebrando, com a prática de novo crime, o compromisso assumido com a Justiça."

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência